

**ATA N.º 21/2022**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----No dia vinte e sete de Outubro do ano dois mil e vinte e dois, pelas 09:12:00, nesta Cidade de Penafiel, no salão Nobre dos Paços do Município, estando presentes o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Antonino Aurélio Vieira de Sousa e os Excelentíssimos Senhores Vereadores, Adolfo Amílcar Moreno, Agostinho César Gomes Soares, Daniela Marisa da Rocha Oliveira, Lúcia Manuela da Silva Rocha, Mateus António da Silva Oliveira, Rodrigo dos Santos Lopes, Susana Paula Barbosa Oliveira, comigo, Anabela Tavares, Chefe da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, realizou-se a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, da Câmara Municipal de Penafiel. -----

-----O Senhor Vereador Pedro Miguel Santana Cepeda não esteve presente por se encontrar de licença de paternidade.-----

-----O Senhor Vereador Paulo César Araújo Correia comunicou a sua ausência, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo eleito imediatamente a seguir na lista pela qual foi eleito, Mateus António da Silva Oliveira, nos termos do disposto no artigo 78 n.º 1 e 2 e 79 n.º 1 da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2012 de 11 de janeiro. -----

-----As faltas foram justificadas pela Câmara Municipal.-----

**-----I – ASSUNTOS INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA -----**

**-----1 – ASSUNTOS A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

**-----Deliberação n.º 643 de 27 de Outubro de 2022 -----**

-----**Assunto:** Documentos Previsionais para o ano de 2023, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Plano Anual de Aquisições.

-----**Proposta:** Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara datada de 2021-10-21 (**Anexo I**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata. -----

-----**Documentos que acompanharam a proposta:** Documentos Previsionais para o ano de 2023 (**Anexo I**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata. -----

----- **O Senhor Vereador Mateus Oliveira** referiu que há uma preocupação grande da parte dos senhores Vereadores do PS uma vez que têm percebido e é esse o feedback que lhes fazem chegar, que alguns dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia não foram ouvidos relativamente à elaboração do orçamento municipal. -----

----- Disse que é conhecida a posição do PS relativamente às contas da Câmara Municipal e é com curiosidade que viam mais uma vez um orçamento de cerca de 90 milhões de euros, e que depois, não era executado em 85%, percentagem definida pela legislação. Havia ali algumas situações mais ilusórias porque percebem que pode há que constam repetidamente (5/6 anos) nesse mesmo plano. -----

----- Referiu que era, por opções como aquela, em a que a proposta de orçamento de 90 milhões de euros atingia valores empolados e nunca a sua execução chegaria a ficar perto dos 85% e nesse sentido o PS votará contra àquela propsta. -----

----- Mencionou que no ano passado, o facto dos senhores Vereadores do PS se terem absterido e deixarem a discussão para a Assembleia Municipal levou a um número de comunicação que não caiu bem ao PS, ou seja, o facto do gabinete de comunicação da Câmara Municipal informar que todos se reviam no Plano e Orçamento porque ninguém tinha votado contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** disse que no que dizia respeito aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia terem sido ou não escutados, disse que não tinham obrigatoriamente de os ouvir para elaborar o Plano e Orçamento, mas sim cumprir o Estatuto de Oposição, em que foram enviados os documentos para os partidos atempadamente, ou seja, mais de uma semana, de acordo com o que a Lei determina. Aquilo que esperavam e o que normalmente acontece, é que os próprios partidos, junto dos seus autarcas, recolham os contributos que entenderem e os façam chegar. O Estatuto de Oposição foi cumprido, remeteram o documento atempadamente para que o mesmo pudesse ser refletido pelos partidos e para que pudessem junto dos seus autarcas fazer chegar os contributos que entendessem para que depois fossem avaliados, e em função das possibilidades orçamentais. Chegaram contributos de alguns autarcas por essa via e procuraram integrar ou ficaram sensíveis a eles. -----

----- Quanto ao valor, disse que é sensivelmente inferior ao valor do ano passado e a diferença é que este ano têm que integrar as verbas relativas à descentralização de competências, na saúde, educação e na ação social que em princípio entrar a vigor no início do próximo ano. Era quase 8 milhões que têm que integrar por via da descentralização. A execução será tratada em abril. E o que tem acontecido é que paulatinamente têm vindo a subir com as percentagens da execução até porque só



podem aumentar a execução conforme vão reduzindo o valor dos encargos porque se não têm que os fazer refletir no Plano e isso faz com que a execução seja mais baixa.--

-----No que diz respeito às obras que constam repetidamente, mencionou que há rubricas que criavam na expectativa de puderem de vir a ter financiamento comunitário e sabiam se as não fizerem constar perderiam a oportunidade de financiamento. Do ponto de vista estético é mais agradável olhar para um plano que não tenha obras que depois acabavam por não serem executadas mas do ponto de vista prático é uma obrigação que têm sob pena de perderem as oportunidades de financiamento de fundo comunitários. -----

-----**O Senhor Vereador Mateus Oliveira** Disse que quando o senhor Presidente refere “atempadamente”, e se teve a oportunidade de ver a tomada de posição pública do atual líder da Concelhia do PS de Penafiel, dr. Paulo Correia, esse “atempadamente” não é um “atempadamente” para tudo o que está inerente a um documento como aquele. O prazo para se ouvirem os autarcas de freguesia do Partido Socialista, analisarem os documentos e para propor alternativas não é propriamente um prazo suficiente “atempadamente”. -----

-----Quanto à questão dos 8 milhões de euros integrados por via da descentralização, disse que percebiam essa situação mas por exemplo, se olharem para um orçamento de 90 milhões de euros e depois só era executado a 60%, sabiam que esses 8 milhões de euros fariam alguma diferença, mas não tanto ao ponto de, para atingirem os 85%, conforme a Lei 73/2013, de 13 de setembro obriga, pois dois anos seguidos nessa situação teriam de ser comunicados incumprimentos. -----

-----Sobre a questão dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, disse que efetivamente o senhor Presidente não tem que ouvir os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, mas para o PS é fundamental ouvir os autarcas das freguesias pois eram os que estavam no terreno e percebiam melhor as reais necessidades das suas populações. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** explicou que naquela situação o “atempadamente” era um conceito que resultava da Lei do Estatuto do Direito da Oposição que diz em X dias deve ser remetido. Em relação à questão do envio dos documentos disse que cumpriram com o compromisso assumido, pois fizeram questão e os serviços empenharam-se especialmente no sentido de que a convocatória fosse enviada num prazo mais alargado, antes do fim de semana para que tivessem a possibilidade de analisarem os documentos com mais detalhe.-----

-----**Votação:** Aprovado por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e do R.I.R., submeter os referidos documentos à discussão e votação da Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do

artigo 25.º, do mesmo diploma, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

----- **2 - APROVAÇÃO EM MINUTA DO TEXTO DAS DELIBERAÇÕES** -----

----- **Deliberação n.º 644 de 27 de Outubro de 2022** -----

----- **Assunto:** Discussão e votação da proposta de aprovação em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro. **(em arquivo)** -----

----- **Votação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E como mais ninguém quis usar da palavra, foi pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara encerrada a reunião pelas 09:23.-----

----- E eu, *Anabela Tavares*, Anabela Tavares, Chefe da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, na qualidade de secretário, a subscrevo e assino, conjuntamente com o senhor Presidente da Câmara Municipal. --

----- O Presidente da Câmara Municipal: -----

